

# Superior Tribunal de Justiça

**RECURSO ESPECIAL Nº 1.755.096 - PR (2018/0183095-0)**

**RELATOR** : **MINISTRO PAULO DE TARSO SANSEVERINO**  
**RECORRENTE** : **NOBRE SEGURADORA DO BRASIL S.A - EM LIQUIDACAO**  
**REPR. POR** : **PEDRO PAULO PEREIRA MOTA - LIQUIDANTE**  
**ADVOGADOS** : **DARIO BORGES DE LIZ NETO - PR031148**  
: **BRUNO SILVA NAVEGA E OUTRO(S) - RJ118948**  
**RECORRIDO** : **MARCOS FABIANO RODRIGUES DA SILVA**  
**ADVOGADO** : **VILSON PAULO GRAEBIN E OUTRO(S) - PR045343**  
**INTERES.** : **ADRIANA HOESSEL FERRONATTO**  
**INTERES.** : **HOESSEL E FERRONATO LTDA. E OUTRA.**

## EMENTA

*RECURSO ESPECIAL. DIREITO CIVIL E PROCESSUAL CIVIL. AÇÃO DE INDENIZAÇÃO. NEGATIVA DE PRESTAÇÃO JURISDICIONAL. NÃO OCORRÊNCIA.*

*1. Inexistência de maltrato ao art. 1.022, incisos I e II, do Código de Processo Civil, quando o acórdão recorrido, ainda que de forma sucinta, aprecia com clareza as questões essenciais ao julgamento da lide.*

*2. RECURSO ESPECIAL CONHECIDO E DESPROVIDO.*

## DECISÃO

Vistos etc.

Trata-se de recurso especial interposto por NOBRE SEGURADORA DO BRASIL S.A - EM LIQUIDAÇÃO com fundamento no art. 105, inciso III, alíneas "a" e "c", da Constituição da República contra acórdão do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná (fls. 70):

*APELAÇÃO CÍVEL - AÇÃO DE INDENIZAÇÃO POR ATO ILÍCITO C/C DANOS MATERIAIS, MORAIS E ESTÉTICOS - PENSÃO MENSAL DEVIDA - AUTOR QUE PERDEU 10% DE SUA CAPACIDADE LABORAL - INTELIGÊNCIA DO ART. 950 DO CC - DANOS MORAIS E ESTÉTICOS CONFIGURADOS - MANUTENÇÃO DO QUANTUM ARBITRADO - CONDENAÇÃO DA SEGURADORA AO PAGAMENTO DE HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS - NÃO CABIMENTO - AUSÊNCIA DE RESISTÊNCIA - CORREÇÃO MONETÁRIA DA APÓLICE SECURITÁRIA DEVIDA - INCIDÊNCIA DESDE A DATA DA CONTRATAÇÃO - PRECEDENTES - INAPLICABILIDADE DO ART. 85, § 11, CPC/15.*

*RECURSO DE APELAÇÃO PARCIALMENTE CONHECIDO E, NA PARTE CONHECIDA, PARCIALMENTE PROVIDO.*

# *Superior Tribunal de Justiça*

Consta dos autos que MARCOS FABIANO RODRIGUES DA SILVA ajuizou ação indenizatória em desfavor de HOESEL E FERRONATO LTDA. e ADRIANA HOESEL FERRONATO, objetivando o recebimento de indenização por danos morais, materiais e estéticos em virtude de acidente de trânsito.

O juízo de primeiro grau julgou parcialmente procedente o pedido formulado na exordial em desfavor da primeira demandada, além de lhe condenar ao pagamento dos ônus sucumbenciais.

Irresignada, HOESEL E FERRONATO LTDA. interpôs recurso de apelação.

O Tribunal de Justiça do Estado do Paraná conheceu parcialmente do recurso e, nesta extensão, deu-lhe parcial provimento para determinar que o valor da apólice securitária deve ser corrigido monetariamente pelo INPC/IGP-DI, desde a data da contratação conforme a ementa acima transcrita.

NOBRE SEGURADORA DO BRASIL S.A - EM LIQUIDAÇÃO opôs embargos de declaração, os quais restaram rejeitados nos seguintes termos (fl. 154):

*EMBARGOS DE DECLARAÇÃO CÍVEL - OMISSÃO, CONTRADIÇÃO E OBSCURIDADE - NÃO OCORRÊNCIA - SEGURADORA EM REGIME DE LIQUIDAÇÃO EXTRAJUDICIAL - PEDIDO DE SUSPENSÃO DO PROCESSO - INDEFERIMENTO - ASSISTÊNCIA JUDICIÁRIA JUSTIÇA GRATUITA - CONCESSÃO.  
EMBARGOS DE DECLARAÇÃO REJEITADOS, COM DEFERIMENTO DE PEDIDO DE ASSISTÊNCIA JUDICIÁRIA GRATUITA, DE OFÍCIO.*

Em suas razões, o recorrente alegou violação aos arts. 1.022, inciso II e 489, § 1º, inciso IV, ambos do Código de Processo Civil, ao argumento de que o Tribunal de Justiça *a quo* restou silente quanto ao pedido de suspensão do processo, dos juros de mora e da correção monetária. Requereu, por fim, o provimento do recurso especial.

Não houve apresentação de contrarrazões.

É o relatório.

Passo a decidir.

# *Superior Tribunal de Justiça*

Não merece acolhida a irresignação recursal.

O Tribunal de Justiça do Estado do Paraná, ao julgar o recurso de embargos de declaração, destacou o seguinte quanto aos pontos suscitados pela parte embargante (fls. 155/156):

(...)

*Os presentes embargos declaratórios comportam conhecimento, eis que opostos no prazo legal, previsto no artigo 1.023 do NCPC.*

*A embargante traz fato novo e afirma ainda estar em liquidação extrajudicial, razão pela qual pugna pela suspensão do processo a fim de evitar qualquer ato de constrição patrimonial em seu desfavor.*

*Contudo, é pacífico o entendimento desta Corte (1), à luz do entendimento do STJ, que quando o feito se encontra na fase de conhecimento, não há que se falar em suspensão do processo, eis que não existe risco de constrição judicial do patrimônio da empresa.*

*Não há, frise-se, negativa na aplicação do art. 18, a, da Lei nº 6.024/74, mas sim a adoção de uma interpretação que considera os efeitos do processo de conhecimento sobre a sociedade liquidanda (2).*

*De igual forma, a exigência dos juros e correção monetária também deve ser discutida na fase de liquidação, pois não se trata do dever de pagar esses encargos, mas da possibilidade de ver suspensa a sua exigência.*

*Também, ao contrário do que alega a embargante, a questão sobre o termo inicial dos juros de mora sequer foi objeto do recurso de apelação, motivo pelo qual não foi objeto de apreciação no recurso.*

Nesse contexto, verifica-se que as questões submetidas ao Tribunal *a quo* foram suficiente e adequadamente apreciadas, com abordagem integral dos temas e fundamentação compatível. Destarte, não há se falar em negativa de prestação jurisdicional.

A propósito:

**AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL.**

# *Superior Tribunal de Justiça*

**PREVIDÊNCIA PRIVADA. NEGATIVA DE PRESTAÇÃO JURISDICIONAL. NÃO OCORRÊNCIA. REVISÃO DE BENEFÍCIO. MATÉRIA QUE DEMANDA REEXAME DE FATOS E PROVAS. SUMULA 7 DO STJ. AGRAVO INTERNO NÃO PROVIDO.**

1. Não se viabiliza o recurso especial pela indicada violação do artigo 1022 do Código de Processo Civil de 2015. Isso porque, embora rejeitados os embargos de declaração, a matéria em exame foi devidamente enfrentada pelo Tribunal de origem, que emitiu pronunciamento de forma fundamentada, ainda que em sentido contrário à pretensão da parte recorrente. Não há falar, no caso, em negativa de prestação jurisdicional. A Câmara Julgadora apreciou as questões deduzidas, decidindo de forma clara e conforme sua convicção com base nos elementos de prova que entendeu pertinentes. No entanto, se a decisão não corresponde à expectativa da parte, não deve por isso ser imputado vício ao julgado.

2. O Tribunal de origem, após a análise dos elementos dos autos, concluiu que não é devido o reajuste do benefício complementar pelo autor, uma vez que no presente caso, incide a Lei 8.020/90, o qual destina eventuais sobras no exercício anual para o fundo de contingência, ou para a redução das contribuições. Verifica-se que para desconstituir o entendimento exposto pelo Tribunal local e acolher a pretensão recursal seria imprescindível a alteração das premissas fático-probatórias estabelecidas pelo acórdão recorrido, com o revolvimento das provas carreadas, bem como a interpretação de cláusulas contratuais, o que é defeso nesta instância especial ante os óbices das Súmulas 5 e 7/STJ.

3. Agravo interno não provido. (**AgInt no AREsp 1233390/SC, Rel. Ministro LUIS FELIPE SALOMÃO, QUARTA TURMA, julgado em 17/04/2018, DJe 20/04/2018**)

**AGRAVO INTERNO NOS EMBARGOS DE DECLARAÇÃO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. OBRIGAÇÃO DE FAZER. NEGATIVA DE PRESTAÇÃO JURISDICIONAL. NÃO OCORRÊNCIA. HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS CONTRATUAIS. RESERVA DE NUMERÁRIO. DISCORDÂNCIA ENTRE AS PARTES. NECESSIDADE DE AJUIZAMENTO DE AÇÃO AUTÔNOMA. INCIDÊNCIA DA SÚMULA 83/STJ. CONCLUSÃO DO ACÓRDÃO RECORRIDO QUE SE DEU APÓS ANÁLISE DAS PROVAS E DO CONTRATO. SÚMULAS N. 5 E 7 DO STJ. AGRAVO INTERNO DESPROVIDO.**

1. Todas as questões suscitadas pelas partes foram devidamente apreciadas pela Corte estadual, não havendo que

# *Superior Tribunal de Justiça*

*se falar em negativa de prestação jurisdicional.*

*2. O acórdão estadual está em consonância com a jurisprudência desta Corte no tocante à necessidade de se ajuizar ação própria para a cobrança de honorários contratuais quando existir discordância entre o outorgante e o advogado.*

*3. Ademais, depreende-se que o Colegiado estadual julgou a lide com base nas disposições contratuais e no substrato fático-probatório dos autos, cujo reexame é vedado em âmbito de recurso especial, ante os óbices dos enunciados n. 5 e 7 da Súmula deste Tribunal.*

*4. Agravo interno desprovido. (AgInt nos EDcl no AREsp 1059771/GO, Rel. Ministro MARCO AURÉLIO BELLIZZE, TERCEIRA TURMA, julgado em 10/04/2018, DJe 16/04/2018)*

Ademais, consoante a jurisprudência do STJ, o julgador não está obrigado a rebater, um a um, os argumentos invocados pelas partes, quando tenha encontrado motivação satisfatória para dirimir o litígio.

A propósito:

*AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. AÇÃO DE REINTEGRAÇÃO DE POSSE. DEFERIMENTO DO PEDIDO LIMINAR. POSSE VELHA. ANTECIPAÇÃO DOS EFEITOS DA TUTELA. CABIMENTO. PREENCHIMENTO DOS REQUISITOS NECESSÁRIOS. REEXAME DE FATOS E PROVAS. IMPOSSIBILIDADE. DECISÃO MANTIDA. RECURSO DESPROVIDO.*

*1. Não configura ofensa ao art. 1.022, I e II, do Código de Processo Civil de 2015 o fato de o Tribunal de origem, embora sem examinar individualmente cada um dos argumentos suscitados, adotar fundamentação contrária à pretensão da parte recorrente, suficiente para decidir integralmente a controvérsia.*

*2. Inexiste afronta ao art. 489, § 1º, IV, do CPC/2015 quando o órgão julgador se pronuncia de forma clara e suficiente acerca das questões suscitadas nos autos, não havendo necessidade de se construir textos longos e individualizados para rebater uma a uma cada argumentação, quando é possível aferir, sem esforço, que a fundamentação não é genérica.*

*3. Não há falar em erro de julgamento se a decisão de primeiro grau aplica indevidamente o art. 927 do CPC/73, e o Tribunal de origem enquadra o fato em dispositivo legal diverso, confirmando a liminar de reintegração de posse, porque preenchidos os requisitos do art.*

# *Superior Tribunal de Justiça*

273 do CPC/73.

4. O Superior Tribunal de Justiça tem entendimento de que é possível a concessão de tutela antecipada em ação possessória de força velha, desde que preenchidos os requisitos do art. 273 do CPC/73, a serem aferidos pela instância de origem.

5. Segundo o acórdão recorrido, os documentos carreados aos autos mostraram-se suficientes para comprovar a existência da posse sobre o imóvel e o esbulho praticado. Incidência da Súmula 7/STJ.

6. Agravo interno não provido. (AgInt no AREsp 1089677/AM, Rel. Ministro LÁZARO GUIMARÃES (DESEMBARGADOR CONVOCADO DO TRF 5ª REGIÃO), QUARTA TURMA, julgado em 08/02/2018, DJe 16/02/2018)

**Ante o exposto, com base no art. 932, inciso IV, do CPC/15, conheço e nego provimento ao recurso especial.**

Intimem-se.

Brasília (DF), 27 de novembro de 2019.

**Ministro PAULO DE TARSO SANSEVERINO**  
**Relator**